

AO

IFC CAMPUS SANTA ROSA DO SUL, por meio do(a) Coordenação de Compras e Licitações, sediado(a) Rua das Rosas, 00, bairro VILA NOVA, na cidade de Santa Rosa do Sul/SC , CEP 88965-00.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90461/2025

Processo Administrativo nº 23354.002414/2025-25

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO E EDUCATIVO – Pregão Eletrônico nº 90461/2025 – para atender as necessidades do Instituto Federal Catarinense

Recorrente: **BRMIX COMERCIO E SERVIÇOS** inscrita no CNPJ sob o nº15.113.697/0001-84 sediada à RUA CARACOL, NÚMERO 32, BAIRRO: GUANABARA, CIDADE: CAMPO GRANDE, UF: MS por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) NATHALIA ZANDAVALLI LOPES DA SILVA

Prezados(as) Senhores(as),

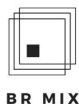
A BRMIX COMERCIO E SERVIÇOS inscrita no CNPJ sob o nº15.113.697/0001-84 sediada à RUA CARACOL, NÚMERO 32, BAIRRO: GUANABARA, CIDADE: CAMPO GRANDE, UF: MS por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) NATHALIA ZANDAVALLI LOPES DA SILVA, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com fundamento no art. 165 da Lei nº14.133/2021, interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão que considerou ACEITA E HABILITADA a proposta apresentada pela empresa ANSAH COMÉRCIO LTDA - EPP , pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

I. DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso é interposto dentro do prazo legal de 03 (três) dias úteis, conforme o edital e a lei aplicável, contados a partir da data da publicação/comunicação da decisão recorrida, ocorrida em 07 de Julho de 2025. Desta forma, requer seu regular recebimento e processamento.

II. DOS FATOS

1. O presente certame licitatório, cujo objeto é Eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO E EDUCATIVO. E tem como regramento o edital **28/2025**, presente nas plataformas públicas para conhecimento geral



2. A empresa recorrente participou regularmente do certame, apresentando sua proposta dentro da plataforma e transcrevendo de maneira objetiva e pormenorizada o objeto a ser ofertado como o correto para o registro na Ata pretendida. Bem como apresenta dentro da plataforma SICAF toda a documentação em conformidade com as exigências editalícias.
3. Na data elegida para a realização do certame, foi realizada a sessão de abertura das propostas/habilitação, na qual foi verificada a apresentação da proposta da empresa ANSAH COMÉRCIO LTDA – EPP (doravante “Empresa Beneficiada”).
4. Conforme registro em sistema eletrônico, a proposta da Empresa Beneficiada restou incompleta e sem os requisitos mínimos para atendimento ao termo de referência do Edital supracitado.
 - **Não atendimento a especificação técnica essencial:** A proposta técnica da Empresa Beneficiada não atende à especificação dos Itens de número 15 e 16 deste Registro de Preços, arrematados pelo menor valor. Erros estes que mascaram a lisura e a equidade das partes neste Pregão, quais sejam:

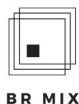
Na tela de apresentação e informação na plataforma pública de registro dos lances Compras Gov., onde deve-se inserir as informações sobre os Itens, neste caso os itens 15 e 16, a Empresa Beneficiada **não descreve**, anteriormente a fase de lances e que já faz lei e regras quanto ao cumprimento do especificado, entre as partes, ou seja, a marca e modelo exatos a serem ofertados, as **informações apresentadas ficam longe de atender** a total e melhor descrição do material ofertado, diferenciando-se do Termo de Referência do Edital.

Pois bem, em se informando de forma genérica o bem / equipamento / material a ser apresentado como o correto e possivelmente adquirido, pelo Órgão comprador, a Empresa Beneficiada, pode fazer uso de subterfúgios e aguardar a desclassificação de outros concorrentes e ou aguardar a especificação mais correta, esperada pelo Órgão e apresentar sua proposta de valores de forma exata, burlando o cerne da compra pública, que é a igualdade entre as partes.

Desta forma, estando todas as demais concorrentes, cumprindo a Lei de participação em Certame Licitatórios, a identificação exata do bem ofertado na fase correta (a Apresentação das propostas anteriormente a fase de lances) equilibra a disputa e torna equânime a participação de todos.

Em seguinte plano:

- **Proposta com condições diferentes das solicitadas:** A proposta da Empresa Beneficiada condiciona a execução do serviço/fornecimento do produto ao IFC, da mesma forma foi apresentada de forma incompleta e errada, os Itens apresentados novamente não apresentam especificação de modelo, visto que a Fabricante representada e escolhida pela Empresa Beneficiada, tem em seu catálogo ao menos 10 modelos e especificações diferentes dos mesmos Itens, sendo assim a



proposta apresentada incompleta e equivocada, pode novamente trazer a Empresa Beneficiada, alguma vantagem contra as demais participantes, o que não está previsto ou é vedado pelo Edital.

Ao apresentar proposta com descrição genérica e incompleta sobre o bem a ser adquirido, o Arrematante se coloca em uma situação de vantagem perante os demais participantes e perante o Órgão comprador, quando a entidade faz o pedido e por algum motivo os valores do custo do bem a ser entregue se apresentem maiores, em se tratando de bens importados, a Empresa Beneficiada pode, por não apresentar de forma exata a descrição do bem, entregar material diferente, alegando que em sua proposta, não se especificou com exatidão o produto a ser adquirido, causando prejuízo ao Erário e diferenças de qualidade ao que deve ser adquirido, para adimplir o contrato.

5. Apesar da evidente irregularidade, e tendo vários momentos para reformular ou corrigir os defeitos aparentes na proposta, a Administração “classificou a proposta como válida”, prejudicando a lisura do processo licitatório e a competitividade entre os participantes.
6. Além dessa incoerência, ainda se faz necessário um pedido legal de diligência por parte da Recorrente, qual seja:

Que seja apresentada pela Empresa Beneficiada, de acordo com o [DECRETO Nº 12.304, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2024](#), o documento que comprove a adesão, mecanismos utilizados e ações pertinentes a adequação daquela aos regramentos do PROGRAMA DE INTEGRIDADE, conforme alegado na plataforma pública, para simples comprovação de declaração informada na Adesão ao Pregão Eletrônico em tela.

III. DO DIREITO

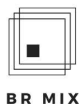
Em face ao que se expôs, a Lei 14.133/2021 dita:

A Lei nº 14.133/2021 no Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

II – não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

V – não apresentarem as informações ou os documentos exigidos no edital ou os apresentarem com vícios ou rasuras que impeçam a sua compreensão ou a sua fidedignidade.

1. ***§ 1º O exame da conformidade da proposta com o edital será feito exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada***
2. O Edital de Licitação nº 28/2025, instrumento convocatório que vincula as partes e a própria Administração Pública, é claro ao demonstrar e exigência editalícia que foi



descumprida pela proposta incorreta.

3. A manutenção da proposta da Empresa Beneficiada, mesmo com a irregularidade apontada, viola os princípios basilares da licitação pública, tais como:

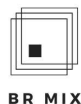
- **Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório:** A Administração e os licitantes estão vinculados às regras estabelecidas no edital, não sendo possível a aceitação de propostas que não as atendam plenamente.
- **Princípio da Isonomia/Igualdade:** A aceitação de uma proposta que não cumpre as exigências editalícias **confere vantagem indevida a um licitante em detrimento dos demais, que se esforçaram para apresentar propostas em estrita conformidade.**
- **Princípio da Economicidade/Busca da Proposta Mais Vantajosa:** No caso de preços inexequíveis, a aceitação da proposta pode comprometer a futura execução contratual, gerando riscos de paralisação, aditivos ou até mesmo rescisão, o que é prejudicial ao interesse público.
- **Princípio da Impessoalidade e da Moralidade:** A Administração deve agir de forma objetiva, imparcial e em conformidade com a lei, sem favorecer ou prejudicar qualquer participante.

4. Diante do exposto, é evidente que a proposta da Empresa Beneficiada não atende aos requisitos legais e editalícios, devendo ser desclassificada, e, por consequência, o certame deve prosseguir com as demais propostas válidas, observando-se a ordem de classificação.

IV. DOS PEDIDOS

Diante do exposto e do que será suprido pelo notório saber de Vossa Senhoria, requer-se:

1. O **conhecimento e provimento** do presente Recurso Administrativo para que seja reconhecida a irregularidade da proposta da empresa ANSAH COMÉRCIO LTDA - EPP
2. A **desclassificação** da proposta apresentada pela empresa ANSAH COMÉRCIO LTDA - EPP no processo licitatório **Nº 90461/2025, Processo Administrativo nº 23354.002414/2025-25, para os Itens 15 e 16**.
3. A apresentação em caráter de diligência da documentação que comprove a adesão, mecanismos e ações pertinentes da Empresa ANSAH COMÉRCIO LTDA - EPP do regramento do Programa de Integridade, alegado em declaração anterior.
4. A **continuidade do certame** com as propostas subsequentes que estejam em conformidade com o Edital e a legislação vigente, seguindo a ordem de classificação.



5. A **publicação da decisão** referente a este recurso, em observância aos princípios da publicidade e transparência.
-

Nestes termos, Pede deferimento.

Campo Grande, MS, 08 de Julho de 2025

NATHALIA ZANDAVALLI LOPES DA SILVA
CPF 694.613.921-68